

ECONOMIA - BRASIL

Q)

Enfim, a defesa do lucro!

A batalha em favor da racionalidade das ações econômicas — que perdeu grande general com o passamento de Eugênio Guдин — vem de receber valioso aliado: o sr. Mário Amato, presidente da Fiesp. Essa adesão — que não é de hoje, como sabem aqueles que com s. sa. têm privado — é importante porque demonstra ser possível dizer a verdade ao todo-poderoso ministro da Fazenda sem ser inconveniente e, também, porque, juntamente com a defesa de ações econômicas racionais, ela traz a contrapartida indispensável, qual seja a afirmação da superioridade das empresas privadas sobre as estatais e a reivindicação do lucro como instrumento do progresso social.

O sr. Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, quando presidiu os destinos do órgão da Indústria de São Paulo, já demonstrara à evidência que os industriais paulistas se estavam libertando das peias que os mantinham atados ao Estado, em virtude do ardil corporativista da contribuição sindical e do repasse das contribuições particulares para o Sesi-Senai via órgãos da Previdência. Agora, o sr. Mário Amato — perdoe-nos s. sa. a comparação com o *bel canto* — sobe a tonalidade e diz ao ministro Dilson Funaro, seu velho companheiro de lutas industriais, aquelas verdades simples que, se tivessem sido ditas e repisadas desde há muito talvez tivessem contribuído para fazer diversa a história da livre iniciativa no Brasil. É preciso sumariar o que disse o presidente da Fiesp para que se saiba qual a postura do empresariado paulista (pelo menos o da Indústria) diante do Plano Cruzado:

- O Plano deve ser discutido de maneira franca. Só assim se transformará em “programa econômico orgânico”, capaz de abrir “perspectiva mais sólida para o retorno à normalidade do mercado”;

- os preços devem ser administrados de maneira inteligente, a fim de evitar prejuízos irremediáveis aos setores produtivos afetados pelo congelamento;

- a indústria não nada em dinheiro, como se supõe à vista do aumento extraordinário do consumo. Em vários setores, a situação é inversa: o aumento de custos (salários, ágios, compulsórios, juros, taxas crescentes na captação de recursos para investimentos) e o congelamento de preços fazem que esses setores percam sua rentabilidade e tenham diminuída sua margem de lucro, o que prenuncia maus dias.

A partir daí, o sr. Mário Amato envereda pelo caminho que até hoje muitos industriais tiveram receio de trilhar: as relações das empresas com o Estado e o lucro.

É reconfortante verificar que ainda existem no Brasil empresários que insistem em proclamar que é “absurdo e hipócrita” dizer que o lucro é anti-social, ao invés de procurar *sursis* com as esquerdas defendendo posturas socializantes. Mais significativo, ainda, é ver o presidente da Fiesp dizer ao ministro da Fazenda que quem não acusa lucro em sua atividade empresarial trabalha contra a Pátria. Trabalha contrá a Pátria porque não cria empregos e não paga impostos. O lucro, é preciso repetir à exaustão, só não existe nos estudos dos tecnocratas ou na contabilidade das empresas estatais ineficientes, que têm no Tesouro Nacional o grande supridor de recursos de caixa. Feita a colocação da premissa maior, a conclusão — que, seguramente, o sr. Dilson Funaro não aceitou de bom grado — decorreu singelamente da fala do presidente da Fiesp: reduza-se o déficit público se se deseja verificar qual a verdadeira contribuição do setor privado para a riqueza da Nação.

A denúncia dos que combatem o lucro como anti-social é a parte essencial do discurso do sr. Mário Amato; é um libelo acusatório que se constitui na defesa teórica e na justificativa social da atividade empresarial. Soa quase sem sentido insistir na importância da defesa do caráter social do lucro. Quem conhece a realidade brasileira, no entanto, compreenderá que o destino da democracia está intimamente ligado à possibilidade de amplas camadas da população brasileira, especialmente os jovens, rejeitarem as teses difundidas pelas diferentes facções da esquerda, todas elas contrárias ao lucro, e, mais do que ao lucro, à idéia de mercado. Para ter noção precisa do que ocorre no Brasil de hoje, basta atentar para a frase do sr. Dilson Funaro aos dirigentes empresariais paulistas: “Temos de restabelecer as forças do mercado antes de retirar as forças do governo” do controle do mercado. O ministro da Fazenda não se apercebe do contra-senso que constitui sua afirmação, norteadora de uma ação perniciosa à economia brasileira: s. exa. quer que o mercado funcione controlado pelo governo e que a concorrência perfeita se estabeleça através dos tabelamentos da Sunab. O grave é que o ministro da Fazenda acredita nesse sem-sentido, e muitos intelectuais e empresários o aplaudem.

Para quebrar esse domínio das consciências pelas forças contrárias ao lucro, é necessário que a pregação do sr. Mário Amato encontre eco entre os industriais e que eles não acreditem que a indicação do sr. Paulo Francini, pelo ministro da Fazenda, para servir de correia de transmissão entre as determinações do Executivo e os reclamos da classe empresarial, resolveu o problema do relacionamento entre a livre iniciativa e a oligarquia que dirige o Estado e opõe cada vez mais o empresariado.